



A HISTORIOGRAFIA DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ FICCIONALIZADA NO ROMANCE *A FERRO E FOGO*: A CHEGADA DOS PRIMEIROS GERMÂNICOS À PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

THE HISTORIOGRAPHY OF GERMAN IMMIGRATION FICTIONALIZED IN
THE NOVEL *A FERRO E FOGO*: THE ARRIVAL OF THE FIRST GERMANS
IN THE PROVINCE OF SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

Eduardo Ortiz*

* luftortiz@gmail.com
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com doutorado sanduíche na Freie Universität Berlin. Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade pela Universidade de Caxias do Sul. Graduado em Licenciatura em História pela Universidade de Caxias do Sul. Desenvolve pesquisas com ênfase em: Imigração Alemã, Acervos, Romance Histórico e Crítica Genética.

Resumo: História e Literatura são disciplinas que transitam muito próximas uma da outra, principalmente, em gêneros como o romance histórico. Destarte, este artigo busca compreender o processo de construção da narrativa do romance histórico por meio das obras *A ferro e fogo*. Para tanto, elaboramos um estudo comparativo entre o romance de Josué Guimarães e obras historiográficas utilizadas para a sua composição. Para dar maior profundidade à nossa análise, investigamos também os rastros deixados pelo romancista nos exemplares das obras historiográficas que compõem o seu acervo – ALJOG/UPF. Assim, passamos a abordar em nossa pesquisa a representação literária acerca da chegada e estabelecimento dos primeiros imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul, buscando demonstrar a refiguração da historiografia por meio da construção narrativa elaborada pelo romancista, o qual fornece uma leitura paralela à oferecida pela historiografia tradicional do período.

PALAVRAS-CHAVE: *A ferro e fogo*; Josué Guimarães; Imigração Alemã; Romance Histórico.

Abstract: History and Literature are disciplines that move very close to each other, especially in genres such as the historical novel. Thus, this article seeks to understand the process of construction of the narrative of the historical novel through the work *A ferro e fogo*. For that, we made a comparative study between the novel of Josué Guimarães and historiographical works used for its composition. To give greater depth to our analysis, we also investigate the traces left by the novelist in the copies of the historiographical works that make up his collection – ALJOG/UPF. Thus, we start to approach in our research the literary representation about the arrival and establishment of the first German immigrants in Rio Grande do Sul, seeking to demonstrate the refiguration of historiography through the narrative construction elaborated by the novelist, which provides a reading parallel to that offered by the traditional historiography of the period.

KEYWORDS: *A ferro e fogo*; Josué Guimarães; German immigration; Historical Novel.

INTRODUÇÃO

Onde termina a História¹ e começa a Literatura²? Onde termina a Literatura e penetramos, ainda que de modo instável, na História? Por mais que essas perguntas pareçam hoje superadas, já que ambas as narrativas “implicam normas e marcos discursivos que qualquer pessoa educada na tradição ocidental – não necessariamente especialista em filosofia, semiótica, teoria do discurso ou teoria da literatura – está em condições de compreender e diferenciar” (MIGNOLO, 2001, p. 116), os romances históricos parecem insistir em desafiar tais regras ao constituir-se em uma espécie de narrativa intermediária entre as duas formas discursivas.

Com o surgimento de teorias narrativistas, a escrita da História e a escrita literária passaram a ser analisadas de maneira comparativa, sendo mais notável, desde então, os pontos que aproximam os dois gêneros, uma vez que é possível encontrar elementos ficcionais na narrativa historiográfica, e históricos na narrativa romanesca. Porém, cabe deixar claro que tais elementos ficcionais não tiram o caráter científico da História, pois como explica Certeau (2011, p. 46), “a ficção se encontra também no campo da ciência”, servindo esses caracteres ficcionais apenas como elementos organizadores da narrativa historiográfica, e

não definidores de sua construção. Seguindo essa ideia, Koselleck (2012, p. 141-142) explica que

a ficcionalidade dos eventos narrados corresponde, no nível das estruturas, ao caráter hipotético de sua “realidade”. Ora, sem dúvida, tais afirmações da teoria do conhecimento não podem impedir o historiador de se servir da ficcionalidade e das hipóteses para comunicar linguisticamente a realidade passada como um resultado de um estado de coisas empiricamente assegurado.

Alimentando-se de material discursivo, mediadas pela organização temporal e espacial da história feita por cada escritor e tendo como pretensão livrar do esquecimento eventos e sujeitos históricos – e aqui nos referimos à literatura de temática histórica –, ambas as narrativas colaboram para a construção de novos discursos, os quais criam memórias e esquecimentos. Dessa forma é possível presentificar aquilo que aconteceu por meio da configuração de um determinado período e estabelecer a ordem coletiva, seguindo interesses de cunho econômico, político, social e cultural.

Tanto a História quanto a Literatura produzem sobre seus leitores um efeito prático muito similar, dado que mediante a elas o leitor procede pelo que Paul Ricoeur

1. Utilizarei neste artigo a palavra “História” – iniciada por letra maiúscula – para indicar a ciência, e “história” – iniciada por letra minúscula – para o conjunto de eventos referentes ao passado.
2. Utilizarei neste artigo a palavra “Literatura” – iniciada por letra maiúscula – para indicar a arte literária, e “literatura” – iniciada por letra minúscula – para o conjunto de textos sobre determinado assunto.

(2010b, p. 103) chamou de “tomar juntamente narrativo” dos eventos representados. Em outras palavras, o público de ambas as narrativas conduz-se por intermédio do ato reflexionante, que é, por seu turno, judicatório, visto que o processo de narrar consiste em “refletir sobre” acontecimentos e personagens. Esse processo acaba por modificar a concepção e a conduta que os leitores possuem sobre o mundo, e reforça valores sociais pré-estabelecidos, em razão de que as duas escritas são produzidas sob a influência de determinadas forças ideológicas, estas que, segundo Certeau (2015, p. 17), são impossíveis de serem eliminadas, inclusive, do trabalho científico do historiador.

Devido à liberdade criativa do escritor literário de completar as lacunas deixadas pelo historiador por intermédio de seu universo criativo, as ficções possuem o poder de “soprar vida em almas mortas” (CHARTIER, 2014, p. 8), tornando a Literatura mais atraente para o leitor “comum” que não busca um saber científico, mas uma obra que represente um determinado episódio, e que, por meio dessa, ele possa obter alguma noção sobre os acontecimentos tratados no recorte temporal que a narrativa se propõe a apresentar, o que acaba fazendo com que um romance atinja um público muito mais amplo do que uma obra historiográfica.

Esse “sopro de vida” dado pela narrativa literária não procura representar apenas o que comprovadamente aconteceu, pois esse caráter científico de buscar a “realidade” cabe à História, mas também desenrolar-se sobre o que poderia ter acontecido, resgatando, dessa forma, o “real” ausente. À vista disso, não é a intenção principal da Literatura postular uma verdade absoluta, pois o seu princípio ficcional age “por sua condição de *como se*”, e não pretendendo “ser a última palavra” (LIMA, 2006, p. 21). Cabe ressaltar ainda que essa liberdade criativa conferida ao romancista e a condição de “*como se*” da Literatura não diminui a importância da narrativa ficcional, em vista de que

a ‘realidade’ não é uma referência objetiva externa do discurso, mas é sempre construída na e pela linguagem. Essa perspectiva afirma que os interesses sociais nunca são uma realidade ‘pré-existente’, mas sim sempre o resultado de uma construção simbólica e linguística, e considera que toda a prática, seja qual for, se situa necessariamente na ordem do discurso (CHARTIER, 2016, p. 47, 48).

Seguindo esse raciocínio, Chartier (2014, p. 8) explica também que “os historiadores têm tomado consciência de que não possuem o monopólio de representar o passado e de que sua presença pode ser estabelecida por relações

com a história infinitamente mais poderosas que seus escritos”. Antes mesmo do século XVIII, surgem obras em que “a ressurreição dos mortos assumia um significado mais literal quando certos gêneros buscavam aproximar-se do passado. Isto acontecia com inspiração no épico, com o detalhe narrativo e descritivo do romance histórico” (CHARTIER, 2014, p. 8). E foi principalmente a partir desse último gênero citado que, ainda segundo Chartier (2014, p. 8), obras de ficção passaram a dar ao passado uma presença que com frequência era mais intensa do que aquela que os livros de História podiam fornecer, já que elas apresentavam um mundo mais completo e acessível, justamente pelo fato de não ficarem limitadas às fontes históricas.

A teoria do romance histórico moderno, por sua vez, foi sistematizada por György Lukács e publicada em seu livro intitulado *O romance histórico*, em 1937. Nesse ensaio de natureza teórica, Lukács (2011) reflete acerca da grande literatura que representa a completude da história, apresentando uma teoria descritiva na qual demonstra o momento de encontro entre o sentido e a experiência, mediante o qual foi possível à filosofia entender a interação existente entre o espírito histórico e a literatura que representa a totalidade histórica.

Estudando o romance histórico de modo materialista, a partir de uma visão de cunho ideológico, segundo Zilberman (2003, p. 10), Lukács analisa-o enquanto “manifestação de resistência à autoridade e ao discurso monólogo do poder”. Assim, o autor (LUKÁCS, 2011, p. 29) examina a “interação do desenvolvimento econômico e social com a visão de mundo e a forma artística que se engendram a partir desse desenvolvimento”, priorizando o tempo que muda de maneira abrupta, impactando diretamente sobre os indivíduos e suas vivências, ao invés do tempo que simplesmente passa, deixando os indivíduos inertes perante a sociedade e seus acontecimentos.

Desse modo, assim como lemos na apresentação de *Guerra e Paz*, de Leon Tolstói, que afirma que “Friedrich Engels, numa carta a Karl Marx, dizia que havia compreendido melhor a sociedade francesa com *A comédia humana* do que em todos os ensaios de economia e história que havia lido” e que, segundo Machado (2014, p. IX), é “impossível conhecer a sociedade russa do início do século XIX, seus conflitos, seus hábitos, sua cultura e sua personalidade sem ler *Guerra e Paz*”, acreditamos também que, para entender o processo de imigração alemã na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, faz-se necessário recorrer às páginas de *A ferro e fogo*.

Esse romance, que pode ser lido como obra histórica, possibilita ao leitor não apenas a construção de significados para um real ausente, mas também a reinterpretação proporcionada pela história tradicional dos eventos, a reformulação das personagens históricas e a ressignificação do espaço, colaborando, dessa forma, de maneira efetiva para a construção da memória histórica sobre os povos germânicos em solo gaúcho, assim como para os eventos em que direta ou indiretamente participaram.

Essa historicidade buscada pelos romancistas, ligada diretamente à temporalidade da obra literária, é um assunto que, como atenta Chartier (2014, p. 214), fez com que historiadores interessados pela poética da narração buscassem suporte na obra *Tempo e narrativa*, de Paul Ricoeur, a qual aborda as relações comuns existentes entre as estruturas narrativas que compõem tanto a ficção, quanto a história. Em *Tempo e narrativa*, Ricoeur articula a sua análise em três momentos da *mímesis*, denominando-as *mímesis I*, *mímesis II* e *mímesis III*.

A *mímesis I* diz respeito a uma pré-compreensão do agir humano. Essa pré-compreensão, comum ao escritor e ao seu leitor, delineia a construção da intriga por meio da mimética textual, enraizada na experiência temporal da pré-compreensão do mundo das ações, “de suas

estruturas inteligíveis, de seus recursos simbólicos e de seu caráter temporal” (RICOEUR, 2010a, p. 96).

Já a *mímesis II* caracteriza-se por configurar o processo concreto da composição textual mediadora entre a prefiguração do campo prático e a refiguração dada pela recepção da obra. Constitui o eixo da análise da teoria de Ricoeur por justamente possuir a função de corte, abrindo o mundo da composição poética – do “*como se*” – e instituindo “a literariedade da obra literária” (RICOEUR, 2010a, p. 94). Esse processo ocorre por intermédio da operação de configuração, ou, em outros termos, por meio da construção da intriga, uma vez que esta exerce, dentro de seu próprio campo textual, a função de integração e, graças ao seu dinamismo de mediação, essa função lhe permite exercer, mesmo fora de seu campo, a intermediação entre “a pré-compreensão e [...] a pós-compreensão da ordem da ação e de seus aspectos temporais” (RICOEUR, 2010a, p. 114).

Por último, a *mímesis III* refere-se ao momento em que a narrativa atinge seu sentido pleno e é reintroduzida ao tempo do agir e do padecer, finalizando assim o percurso mimético. Esse estágio da *mímesis* é caracterizado pelo encontro entre o mundo do texto literário e o mundo do leitor, ou, como explica Ricoeur (2010a, p. 123), é “a

intersecção entre o mundo configurado pelo poema e o mundo no qual a ação efetiva se desdobra e desdobra sua temporalidade específica”.

Assim, por intermédio da *mímesis* I, da *mímesis* II e da *mímesis* III, temos uma dialética entre a aporética e a poética da temporalidade, que culmina na relação entre tempo e narrativa. O ato de leitura é o condutor da capacidade que a intriga possui de modelizar a experiência, articulando-se ao dinamismo próprio do ato configurante, prolongando-o e conduzindo-o ao seu termo. Temos também, por intermédio da leitura, a refiguração da experiência temporal por meio da composição da intriga, marcando a entrada da obra tanto no campo da comunicação quanto no da experiência. No campo da comunicação, um mundo se projeta ao leitor, o qual o recebe conforme sua própria capacidade de acolhimento. Já no campo da referência, o leitor recebe não apenas o sentido da obra, mas, por intermédio desse, a experiência que a narrativa traz para a linguagem, juntamente ao mundo e à temporalidade contidos nela.

Desse modo, elaboramos um estudo que demonstra a correspondência entre o romance *A ferro e fogo* e algumas das obras historiográficas utilizadas por Josué Guimarães para a sua empreitada, mais especificamente, *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, do historiador francês Jean

Roche, e *História do Rio Grande do Sul*, de Danilo Lazzarotto. Nossa crença de que ambas as obras historiográficas citadas tenham sido utilizadas na composição de *A ferro e fogo* não se faz apenas pela similaridade delas com o romance, como buscamos apresentar no decorrer do artigo, nem tão somente devido às suas presenças nos espólios do romancista que compõem o Acervo Literário Josué Guimarães, localizado na Universidade de Passo Fundo, mas sobretudo pela existência de diversos rastros como marcações e sublinhados presentes nos exemplares da biblioteca que pertenceu ao autor, e que são apresentados no decorrer deste estudo na forma de anexos. Dito isso, tal trabalho foi desenvolvido por meio de uma análise comparativa entre a ficção e as suas fontes, de modo a expor, por meio da confrontação, os trechos da representação fictícia criada pelo autor e as possíveis passagens que serviram, de algum modo, para a sua elaboração, tentando captar a interpretação do literato frente ao evento.

A CHEGADA DOS PRIMEIROS IMIGRANTES ALEMÃES À PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

De acordo com a epígrafe de *A ferro e fogo*, o romance inicia-se

com a chegada, no Rio Grande do Sul, do bergantim Protetor, em julho de 1824, trazendo no seu precário bojo de madeira

trinta e oito colonos alemães destinados à extinta Real Feitoria do Linho Cânhamo, no Faxinal da Courita, hoje São Leopoldo. Depois deles, outros tomaram o mesmo caminho, trazidos [...] por um aventureiro internacional, o Major Jorge Antônio Schaeffer (GUIMARÃES, 2006, p. 3).

Ao analisar esse trecho da introdução, é perceptível não apenas o caráter pretensamente histórico que a ficção busca transmitir ao leitor logo de início, mas também a forte influência que algumas obras historiográficas exercem sobre a sua produção. Ao comparar tal epígrafe com um excerto localizado no subcapítulo “Primórdios da colonização”, da obra *História do Rio Grande do Sul*, percebe-se uma grande semelhança entre as duas narrativas, levando o leitor a acreditar que Josué Guimarães valeu-se da descrição feita por Lazzarotto para escrever a introdução de seu romance.

Nesse subcapítulo da obra historiográfica, Lazzarotto (1971, p. 88) explica que

os primeiros imigrantes chegaram a Porto Alegre, no bergantim Protetor, a 18 de julho de 1824. [...] No dia 25 de julho desembarcaram na Feitoria, que se chamará, doravante, Colônia Alemã de São Leopoldo, em homenagem à Imperatriz dona Leopoldina. Eram 38 pessoas. Chegando mais um grupo em

novembro do mesmo ano, o número de imigrantes elevou-se a 124 pessoas.

Apesar da abordagem de Jean Roche, ao tratar desse tema ser mais breve e menos detalhada se comparado com a feita por Lazzarotto, visto que o historiador francês apenas explica que “a 25 de julho de 1824, instalavam-se em São Leopoldo [...] 38 imigrantes alemães que o Presidente da Província, em nome do Governo Imperial, recebera em Porto Alegre” (ROCHE, 1968, p. 1), vai ser em *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* que encontraremos a informação de que “o recrutamento foi [na Alemanha] organizado por um agente direto do Governo Brasileiro, Major Schaeffer.” (ROCHE, 1969, p. 94), o qual era considerado como um “aventureiro de alto voo” (ROCHE, 1969, p. 145), devido ao seu envolvimento em diversos eventos desde a Rússia até as ilhas do Havaí.

O historiador complementa ainda que essa personagem histórica gozava da confiança do Imperador e da Imperatriz, uma vez que ele “já se encontrava incumbido de engajar voluntários para os batalhões estrangeiros” (ROCHE, 1969, p. 94). Ambas as informações também surgem de maneira associada no decorrer do romance, quando Gründling informa a Daniel Abrahão, o qual desconhecia a figura histórica, que

o major embarca soldados regulares da Alemanha para o Rio Grande, que D. Pedro I queria homens de exército, hábeis no manejo das armas e com preparo militar para enfrentar qualquer guerra. Além de soldados mandaria de lá casais de agricultores e que todos viriam para aquele pedaço de terra (GUIMARÃES, 2006, p. 12).

Para atrair pessoas dispostas a começarem uma nova vida no Brasil, o historiador francês ainda explana que Schaeffer oferecia condições muito favoráveis:

os colonos viajariam a expensas do Governo Brasileiro, seriam logo naturalizados, gozariam da liberdade de culto, receberiam como livre propriedade 160 000 braças quadradas de terra (77 hectares) por família, e cavalos, vacas, bois, etc.; durante um ano, perceberiam uma ajuda, em moeda corrente, de um franco por cabeça, e de cinquenta centimos durante o segundo ano; enfim, seriam isentos de todo imposto e de toda prestação de serviço pelo espaço de dez anos. A única condição que se lhes impunha era a inalienabilidade de suas terras por dez anos (ROCHE, 1969, p. 95).

Foram tais ofertas as responsáveis, no romance, por fazer com que a família Schneider, protagonista da trama, almejando uma vida melhor, resolvesse embarcar para sua jornada na “nobre e generosa Hamburgo”, de onde o

Wilhelmine levantou ferro, “rumo ao desconhecido”, enfrentando “mares bravios, terras estranhas, feras e bugres” (GUIMARÃES, 2006, p. 18). Todavia, suas expectativas começaram a ruir quando sentiram estar vivendo, desde sua chegada, na mesma situação precária, provisoriamente instalados na Feitoria, onde permaneciam “há mais de três meses esperando que o governo cumprisse com o que lhes fora prometido na Alemanha: uma colônia de terras de papel passado, alguma ferramenta, sementes e animais domésticos” (GUIMARÃES, 2006, p. 7).

No que diz respeito a tais promessas, Lazzarotto (1971, p. 86) igualmente destaca que o Major oferecia a todos os alemães dispostos a migrarem para o Brasil “passagem paga; concessão gratuita de um lote de terras de 400 braças; subsídio diário a cada colono de 160 réis, no primeiro ano e metade no segundo; certa quantia de bois, cavalos, etc. na proporção do número das pessoas da família”. Enquanto Roche (1969, p. 95), de maneira sintetizada, aponta apenas que “a própria constituição do império opunha-se à concessão imediata e automática da nacionalidade brasileira e proclamava a religião católica a do Estado”, Lazzarotto, aprofundando mais a questão, detalha que, além das vantagens anteriormente citadas por ele, havia outras três, e não duas – como mencionado pelo historiador francês –, as responsáveis por gerarem, logo de início,

forte atrito entre o império e os imigrantes. Eram elas “a concessão imediata da qualidade de cidadão brasileiro; inteira liberdade de culto; [e] isenção, por dez anos, de impostos”. Seguindo a mesma perspectiva de Roche, o historiador (LAZZAROTTO, 1971, p. 86) explica que tais medidas “iriam ferir a constituição brasileira de 1824”, todavia, esclarece que as mesmas “foram feitas sem autorização do governo brasileiro” pelo agenciador alemão.

Essa situação é exposta em *A ferro e fogo* no momento em que o Major Schaeffer viaja a Porto Alegre para visitar o seu amigo e sócio, Gründling. Curioso acerca dos boatos que ouvira em sua chegada, o agenciador indaga ao amigo: “então aquela gentinha que cacei pelos arredores de Hamburgo, toda ela agora revoltada contra seu criador!” (GUIMARÃES, 2006, p. 44). Tentando acalmar o seu patrício, Gründling explica que “não era bem assim, havia os mais sensatos, os que costumavam pensar pelas próprias cabeças, sem dar ouvidos aos arruaceiros” (GUIMARÃES, 2006, p. 44).

Em posição defensiva, ainda tentando se justificar para Gründling acerca dos comentários, Schaeffer, em uma resposta carregada de elementos historiográficos, explica que

o amigo era testemunha dos seus sacrifícios. Agora, se o governo não dera o que havia prometido por escrito, estavam aí as cartas da própria imperatriz, o depoimento do General Brant, todos os comandantes de navios contratados, o problema não era dele, sua missão terminava quando o barco levantava âncoras. Prometi a essa gente tudo aquilo que me foi autorizado. Agora essa conversa de que a Constituição não permite isso, não permite aquilo. Deviam ter dito antes. Agora que se danem. Sabe, que se danem – disse o major (GUIMARÃES, 2006, p. 44, 45).

O agenciador, embriagado, se lamenta, declarando que “o que doía mesmo era a ingratidão desses colonos. Querendo a sua cabeça, procurando intrigá-lo com a Coroa, indispondo as autoridades contra ele” (GUIMARÃES, 2006, p. 45). O Major ainda complementa que, obviamente, recebera muitas barras de ouro do império referentes aos serviços prestados, mas o que “pouca gente sabia era o que sofrera nas mãos dos inimigos do Brasil. Um homem como ele levado às barras do Tribunal de Comércio pela campanha de difamações do celerado Kilhe de Wuel” (GUIMARÃES, 2006, p. 45).

Ao levarmos em consideração essa última fala de Schaeffer, a qual faz alusão aos supostos “inimigos” da pátria, e o rastro deixado por Josué Guimarães na obra

A colonização alemã e o Rio Grande do Sul, conforme observável no anexo 1, podemos perceber que o romancista, utilizando-se dos embasamentos fornecidos por ambas as obras historiográficas, traz para a sua narrativa o episódio em que se processou “na Alemanha uma grande campanha de descrédito da imigração no Brasil” (LAZZAROTTO, 1971, p. 86), na qual

fora lançado o alarma contra as manobras de Schaeffer, [...] atingindo as altas esferas da administração, em particular na Prússia. O rescrito de Von Heydt (ministro prussiano do Comércio, da Indústria e de Obras Públicas), em data de 3 de novembro de 1869, proibiu a outorga de privilégios a empresas de transporte de emigrantes alemães para o Brasil. O Governo Prussiano não proibiu a imigração para o Brasil, como dizem, mas recusou-se a proteger os agentes dessa imigração, em razão das queixas que lhe haviam sido transmitidas e das más informações que recebera, entre 1862 e 1868, sobre a situação dos colonos (ROCHE, 1969, p. 108-109).

Analisando essa passagem em *A ferro e fogo*, percebemos a existência de alguns anacronismos na narrativa quando tal evento é abordado, uma vez que a fala do Major, no romance, ocorre em sua suposta visita a Porto Alegre, durante o transcorrer da Segunda Guerra da Cisplatina (1825 – 1828), e as acusações feitas a Schaeffer junto ao

Tribunal do Comércio desenrolam-se, segundo os registros historiográficos, entre os anos de 1862 e 1868.

Apesar de não quisermos que o romance histórico seja historiografia, temos em mente que, a partir do momento em que ele passa a seguir estritamente a cronologia dos eventos históricos, como na grande maioria dos casos o faz, sua “credibilidade” como representação do passado passa a ser ampliada. Dessarte, se em um raro momento como o apresentado existem anacronismos, os mesmos não devem ser vistos como uma falha, mas, quanto muito, como uma limitação de consonância com a História, até porque Josué Guimarães, na posição de literato, não possui nenhum compromisso quanto às datas, tendo autonomia, inclusive, para alterá-las em virtude de sua liberdade poética. Dessa forma, podemos concluir que essa “distorção” cronológica de modo algum configura-se como real problema, uma vez que “a ficção implica a presença de uma aporia diversa daquela que respalda a escrita da história: não pretende ser a investigação do que foi, sem que, por isso, o mundo de fora deixe de tocá-la” (LIMA, 2006, p. 225).

Todavia, voltando ao episódio em análise, Roche (1969, p. 107) explica que, diante dessas graves denúncias, os governantes sul-rio-grandenses buscaram substituir a

introdução de colonos “tanto por cabeça” pela imigração espontânea, a qual dependia, quase que exclusivamente, do estado da opinião pública na Alemanha. Servindo-se de obras da historiografia germânica, o historiador francês argumenta que “essa era hostil à imigração para o Brasil. A concomitância entre as medidas ligadas à abolição do tráfico de escravos e as atividades colonizadoras do Governo Brasileiro foi explorada por publicistas e estadistas” (ROCHE, 1969, p. 107), os quais, segundo Köhler – autor que Roche toma como referência ao abordar o assunto –, advertiam a população contra a ameaça dos agenciadores de colonos, que faziam verdadeiras fortunas enviando imigrantes da Europa para o Brasil, e por isso chegaram a ser rotulados como “traficantes brasileiros de carne humana” (KÖHLER, 1926, p. 237, tradução nossa)³, uma clara referência aos mercadores de escravos, que até pouco tempo atuavam no Brasil.

Apesar do tom exacerbado, tais denúncias eram justificadas, uma vez que, segundo escreve Lazzarotto (1971, p. 90), o governo alemão recebeu “queixas dos colonos de parceria nos cafezais de São Paulo, que não suportavam trabalhar junto com os escravos e tão menos ser tratados como escravos”.

Faz-se interessante atentar que, em *A ferro e fogo*, também é possível defrontarmos com o *modus operandi* da transação, com o inspetor “controlando a chegada e contando as cabeças, [...] verificando os papéis de cada um, anotando nomes e sobrenomes, até mesmo das crianças de colo”, pelas quais “pagavam menos” (GUIMARÃES, 2006, p. 53), ou seja, indo ao encontro dos rastros encontrados na página 106, observáveis no anexo 2. Neles, o historiador francês explica que um agenciador, de nome Pedro Kleudgen, recrutava os alemães “em troca de uma recompensa de 30 ou 15 mil-réis por colono, conforme este tivesse mais ou menos de 12 anos” (ROCHE, 1969, p. 106), ou ainda, seguindo os localizados na página 107, conforme anexo 3, onde encontra-se que o governo da província assinara dois acordos, um com a Companhia Hamburgo-Brasileira, pertencente a Julius Knorr, e outro, com a Firma Claussen-Bertan, onde constava “à razão de 30 mil-réis por indivíduo de mais de 12 anos, e de 15 mil-réis por menino de 2 a 12 anos” (ROCHE, 1969, p. 107). Nessa mesma página pode-se encontrar a informação de que os recrutadores Almeida e Martins recebiam a “recompensa de 37 mil-réis por colono adulto, e de 12 mil-réis e meio por criança” (ROCHE, 1969, p. 107). Além disso, a obra romanesca também faz alusão à forma como os agenciadores viam os imigrantes, que são referidos por

3. “*Brasilianische Menschenhändler*”.

algumas personagens no decorrer da trama como “escravos brancos” (GUIMARÃES, 2006, p. 183).

Somando-se a tais denúncias, publicistas e estadistas também expuseram as dificuldades impostas pelo governo imperial em relação ao regime de concessão de terras e ao processo de naturalização. Diante desse cenário, vendo-se em uma posição de descrédito, que colocava o seu projeto em risco, “o império oficializou a missão de Schaeffer e assumiu as suas promessas, com exclusão das inconstitucionais” (LAZZAROTTO, 1971, p. 86).

Essa conjuntura, associada ao não cumprimento de todas as promessas previstas, se faz presente em diversas passagens do romance, a exemplo do capítulo IV, quando Catarina, vivendo nas bandas do Chuí, demonstra-se curiosa sobre a situação de seus compatriotas que permaneceram na Real Feitoria, e então pergunta ao seu conterrâneo, Oestereich, “como estava a Colônia de São Leopoldo, pois viera de lá, se todos haviam recebido a terra e o dinheiro prometidos pelo governo” (GUIMARÃES, 2006, p. 60), e o mesmo prontamente lhe responde que a “terra, quase todos receberam [...] mas o resto parece que continua na mesma. Tudo muito atrasado” (GUIMARÃES, 2006, p. 60). No que concerne à falta de pagamento, Lazzarotto (1971, p. 91) aponta que

os subsídios prometidos não eram pagos como deveriam ser. Os primeiros imigrantes, receberam-nos em gêneros, mas eram logrados pelos distribuidores. Então, Fernandes Pinheiro providenciou o estabelecimento de casas comerciais em São Leopoldo, pagando o subsídio em dinheiro, mas logo o Governo deixou de pagar.

Já no que diz respeito ao processo de demarcação de terras, como abordaremos a seguir, a situação foi muito mais longa e complicada, o que comprova, mais uma vez, que as críticas feitas pelos estadistas alemães ao projeto de colonização brasileiro eram fundamentadas não apenas na região produtora de café, mas também no contexto sul-rio-grandense.

Roche (1969, p. 95) sublinha que aos “primeiros habitantes foram concedidas terras sem atraso; já os que chegaram em dezembro de 1824 encontraram dificuldades em instalar-se; quanto aos que vieram logo depois, tiveram, muitas vezes, de esperar meses para ver concederem-lhe um lote”. Apesar dos Schneider, como atesta a epígrafe, fazerem parte do primeiro grupo a desembarcar na Colônia de São Leopoldo, Josué Guimarães os representa envolvidos “desde julho” (GUIMARÃES, 2006, p. 7) em meio aos problemas atrelados à demarcação de terras, como pode-se constatar na passagem onde o narrador

atesta que após as bebedeiras de sábado, “o seleiro Schneider e os outros trataram de voltar aos casebres da extinta Real Feitoria do Linho Cânhamo, no Faxinal da Courita, onde há mais de três meses aguardavam [...] o que lhes fora prometido” (GUIMARÃES, 2006, p. 7).

Lazzarotto (1971, p. 88), tratando dessa questão, esclarece que o presidente buscou logo cumprir as ordens recebidas do governo central, “mandando medir os lotes coloniais para receber os imigrantes, o que demorou a se cumprir dadas às más condições do tempo e a imperícia dos demarcadores”). Josué Guimarães, ao representar tal conjuntura em seu romance, valendo-se da liberdade poética, enriquece a sua narrativa em detalhes, tanto factuais no plano empírico, quando aborda as personagens e os eventos históricos, como fictícios, quando dá vida ao texto trazendo para dentro dele elementos cotidianos que se encontram fora de qualquer registro historiográfico. Em *A ferro e fogo*, o narrador explica que

dias e meses passando, o intérprete repetindo a mesma ladainha, coisa de cobra mandada. O juiz de sesmarias, Araújo Bastos, adiando a medição ordenada pelo governo; ora as chuvas torrenciais, chuveiros e minuano, ora as enxaquecas, a espera de tempo limpo, os aprestos de viagem. O intérprete tropeçando nas declinações, o juiz sofre de uma doença que

o impede de sentar-se. À noite banha o rabo numa bacia de água esperta, infusão de malva ou de erva-de-bicho, que outros chamam de orelha-de-rato ou de pimenta-d’água. [...] O homenzinho dizia essas coisas à guisa de explicação, que os alemães começavam a irritar-se com as delongas, amanhã as coisas se resolvem, na próxima semana teremos solução, no mês que vem ninguém mais fala nisso, pois é, tudo desculpa esfarrapada. Uma palavra final, vinda de boca de gente muito importante: em novembro a medição estaria concluída, julgada por sentença, cada metro estaqueado, colônia por colônia, picadas abertas, linhas traçadas. Em novembro (GUIMARÃES, 2006, p. 7).

Enquanto as demarcações não eram feitas, a narrativa romanesca dá conta de que os recém-chegados “tratavam de tirar da terra provisória algo que pudesse ser somado ao charque e às aguadas abóboras” (GUIMARÃES, 2006, p. 7). Todavia, segundo os apontamentos historiográficos, nem sempre eles obtinham sucesso em tal empreitada, pois apesar dos registros de que na antiga Feitoria “existia abundante material nos lotes, [...] os colonos deveriam aprender a usá-lo [...] e cultivar suas terras”. Em todo caso, “distribuíram-lhes ferramentas e sementes” (ROCHE, 1969, p. 95). Ao ver os imigrantes trabalhando desnortados, sem ter a mínima noção sobre as características do solo, das plantas cultivadas na província e do ritmo

das estações na zona subtropical, o inspetor, no intuito de elucidá-los, providenciou a aquisição de “dois exemplares de um dicionário de agricultura” (ROCHE, 1969, p. 96).

Quanto mais o tempo passava sem que o governo apresentasse uma alternativa para cumprir com as suas promessas, mais os ânimos dos imigrantes se exacerbavam. Pode-se notar no transcorrer do romance esse descontentamento crescer gradativamente com o passar dos anos. Um exemplo disso encontra-se na passagem em que, às vésperas da Guerra Farroupilha, o Pastor Klinglhoefer, ao notar Herr Scherer exaltado, pronto a se opor ao Império, pergunta o motivo da insatisfação dele e dos imigrantes que o acompanhavam, e o mesmo, com semblante decidido, responde que

queremos que nos paguem os subsídios atrasados. Há mais de um ano que não vemos a cor do dinheiro que nos foi prometido na Alemanha. Queremos a demarcação das terras, até hoje adiada para a próxima semana, que nunca chega. Queremos os animais domésticos que constam dos nossos contratos (GUIMARÃES, 2006, p. 163).

Outra questão trazida no romance, igualmente atrelada ao regime de concessão de terras, e que gerou grande insatisfação, está ligada à rápida expansão da colonização

e à consequente distribuição de lotes em áreas cada vez mais afastadas dos núcleos urbanos, distantes, inclusive, de São Leopoldo. Roche (1969, p. 97) explica que

a colônia depressa se estendera da antiga Feitoria à borda da Serra, cortando a floresta virgem. Antes mesmo de terem atingido o limite de seus lotes, os colonos passavam pela área dos animais selvagens e pela dos índios, os “bugres”, cujos primeiros ataques se desencadearam em 1829.

Em *A ferro e fogo*, tais eventos são frequentemente trazidos à tona, e já surgem no início do romance, quando Gründling, no episódio em que apresenta a sua proposta de sociedade aos Schneider, argumenta a Daniel que ele está “oferecendo uma grande oportunidade, uma fatia de terra que não acaba mais, [...] em troca de [...] um metro quadrado de terra coberta de mato, numa zona onde vivem tigres e bugres” (GUIMARÃES, 2006, p. 13, 14), fazendo alusão à suposta localização da propriedade em que o imigrante e sua família estavam no aguardo.

É notável no decorrer da trama tais ameaças de “ataques” por parte dos indígenas aos imigrantes se concretizarem, com a intensidade das hostilidades aumentando proporcionalmente ao passo em que a colonização avança sobre o território dos nativos. O primeiro desses contatos

referenciados no romance surge na narrativa quando Valentim, após ouvir a proposta de Catarina, alguns meses após o término das hostilidades no Chuí, já por volta de 1829, analisa a troca de suas terras na Colônia de São Leopoldo pela Estância Jerebatuba, dos Schneider, e lembra que sua esposa, muito aflita, o contou sobre tais encontros, informando-o que “os bugres andavam cada vez mais atrevidos, nem esperavam a noite para atacar, ela mesma vira um bugre morto por Franz Bohrer, o corpo ainda quente” (GUIMARÃES, 2006, p. 101).

Acerca dessa conjuntura, Lazzarotto (1971, p. 91), seguindo a cronologia de Roche, explica que “quando a colonização, no seu avanço, chegava nos contrafortes da Serra, índios Kaingangs, querendo impedir o avanço dos brancos, atacaram por diversas vezes, matando pessoas, destruindo bens”.

Esse agravamento da situação, no romance, é apresentado por Germano Klinglhoefer, o qual, referindo-se em um diálogo à colonização nas áreas mais distantes, denuncia o abandono de seus compatriotas, os quais nada podiam fazer a não ser presenciar “os filhos morrerem de doença ou roubados pelos bugres” (GUIMARÃES, 2006, p. 195). Essa personagem, na ocasião, complementa ainda que ficara sabendo que

três colonos foram mortos em Dois Irmãos e uma criança desapareceu nas mãos dos bugres. Na Picada Hortênsio houve uma verdadeira chacina, onze alemães mortos pelos selvagens e dois deles, gravemente feridos, morreram dias depois (GUIMARÃES, 2006, p. 195).

Também chama a atenção a questão trazida por Josué Guimarães acerca dos seguidos raptos de crianças por parte dos indígenas. A ocorrência mencionada na citação acima não é o único momento em que o romancista faz alusão a tais acontecimentos. Além do caso de Sofia Spannenberger, sucedido na antiga área das missões, que após ter seu pai assassinado e sua mãe raptada, “ficara vivendo entre os índios” (GUIMARÃES, 2006, p. 66), há uma passagem em que Gründling expõe que regularmente nos “matos das serras [...] os bugres atacam e matam, levam crianças prisioneiras para serem criadas como bicho” (GUIMARÃES, 2006, p. 14).

Tais acontecimentos, no que diz respeito aos registros historiográficos utilizados pelo romancista, podem ser localizados na obra *História do Rio Grande do Sul*, na qual Lazzarotto (1971, p. 91) expõe que, após atacarem e instaurarem o caos, os indígenas acabavam “levando prisioneiras mulheres e crianças”. Além disso, nesse mesmo tópico, o historiador explica que tal situação gerou pânico entre

os colonos e, “dada a pouca eficiência dos destacamentos policiais, eles mesmos tiveram que se armar, defender-se e mesmo entrar na mata à caça dos índios ou à procura de algum ente querido” (LAZZAROTTO, 1971, p. 91).

Esse sentimento de desamparo, experimentado pela maior parte dos imigrantes, associado à necessidade de ter que agir por conta própria, também é explorado na obra de Josué Guimarães, e surge quando Catarina, indignada com a má vontade com que as autoridades locais estavam conduzindo as investigações acerca do caso de João Agner, um colono que havia sido assassinado em plena luz do dia em uma das principais ruas da colônia, comenta a Germano que eles estão “numa terra de cegos, de mudos e de surdos. O delegado viajando. Os quatro praças comendo de graça nos lotes dizendo que andam protegendo os colonos dos ataques dos bugres. Quem sabe o inquérito terminará por descobrir que foram os bugres os assassinos” (GUIMARÃES, 2006, p. 168). Notando a indignação de sua chefe, Emanuel prontamente se oferece para “formar um grupo para caçar os criminosos” (GUIMARÃES, 2006, p. 168), algo que acabou por não acontecer, dada a recusa de Frau Schneider. Todavia, é perceptível no romance, pela espontaneidade da fala do jovem e a própria naturalidade da reação de Catarina, a qual simplesmente “fez que não com a cabeça”

(GUIMARÃES, 2006, p. 168), como essa prática, além de normal, era corriqueira no dia a dia da colônia.

CONCLUSÃO

Dessa forma, tendo evidenciado algumas questões relacionadas aos primórdios da imigração e dirigindo agora a atenção para o viés teórico, pode-se concluir através das análises apresentadas a partir dos rastros deixados por Josué Guimarães para a representação dos eventos históricos abordados em sua obra, a forma com que, por meio da narrativa do romance, o escritor desenvolve e concretiza o segundo estágio do processo mimético concebido por Ricoeur, a *mimesis II*, o qual surge a partir da construção e composição da intriga, carregando consigo um grande leque de interações que aproximam as personagens dos eventos históricos.

Esse estágio da produção narrativa, comum tanto à ficção, quanto à História, tem o caráter dinâmico da operação de configuração, com a função de mediar uma pré-compreensão da ordem da ação – a *mimesis I* – e uma pós-compreensão do mundo da ação e seus aspectos temporais – a *mimesis III* –, elaborando por meio de eventos individuais, uma história narrável, que engloba a totalidade, em outras palavras, “isso significa dizer que ela tira uma história sensata *de* – uma diversidade de acontecimentos ou

incidentes [...]; ou que ela transforma os acontecimentos ou incidentes *em* – uma história” (RICOEUR, 2010a, p. 114). Ou, para exemplificar tal questão por meio da narrativa estudada aqui, podemos constatar que Josué Guimarães, servindo-se de obras historiográficas como *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* e *História do Rio Grande do Sul*, faz um minucioso levantamento acerca dos eventos mais significativos do período correspondente à chegada dos primeiros imigrantes alemães, assim como dos principais atores históricos atrelados a eles, sublinhando e organizando cronologicamente todos os dados, para a partir de então, seguindo normas estabelecidas pela pré-compreensão do mundo da ação, criar uma narrativa inteligível que abarque todos esses elementos em uma história narrável mediante o desenvolvimento da intriga, a qual, por meio das atuações individuais das personagens no decorrer dos eventos, tem a capacidade de torna-se, por assim dizer, elucidadora. Ao findar a história em forma de texto, encerra-se também a *mimesis II*, visto que, a partir de então, através de sua inteligibilidade, passa a possuir função mediadora. Todavia, o ciclo mimético apenas é concluído no momento em que a obra pronta – “refigurada” – é devolvida à sociedade, e através da leitura e compreensão de seu público, ingressa no campo da comunicação e, conseqüentemente, no da referência, encerrando assim, finalmente, o último estágio, a *mimesis III*.

Além disso, tendo em mente que o momento inicial da colonização, envolvendo a chegada dos primeiros imigrantes e, conseqüentemente, os problemas com que esses se depararam ao aportarem em sua nova pátria, como a demora na demarcação dos lotes, o atraso e até o não cumprimento de algumas das promessas feitas pelo governo imperial brasileiro e os seus agenciadores oficiais, os constantes encontros hostis com as populações nativas e animais selvagens, e as doenças que os acometiam, fazem parte da memória acerca da formação do Estado.

Desse modo, são de conhecimento de uma considerável parte da população gaúcha, que de um modo ou de outro, tiveram contato com o tema, seja na escola, sobretudo, nas localizadas em cidades de origem germânica – onde ainda ensina-se o idioma alemão e os elementos culturais ligados a *Deutschum*⁴ –, ou por meio de programas televisivos⁵, ou ainda pelo advento da celebração de datas comemorativas relacionadas ao episódio, sejam elas de maior expressão⁶, como as celebrações de quinquenários e centenários da imigração, ou de menor expressão, anuais, como os festivais culturais.

Cabe ressaltar, inclusive, que no Rio Grande do Sul, anualmente, comemora-se o Dia do Colono⁷ em 25 de julho, data alusiva à chegada dos primeiros imigrantes

4. Termo em alemão utilizado por historiadores e sociólogos para se referir aos aparatos culturais e sociais que compõem a germanidade.
5. Como o caso do próprio romance *A ferro e fogo: tempo de solidão* que, por meio de uma adaptação livre produzida pela RBS TV, em 2006, tornou-se minissérie. Dividida em três episódios, foi ao ar pela emissora gaúcha em novembro do mesmo ano, nos sábados ao meio-dia. Essa produção televisiva, associada à sua exibição em um horário de grande audiência, aumentou significativamente a compreensão histórica da imigração alemã a partir da obra de Josué Guimarães, servindo não apenas para promover o romance – que teve novas tiragens a partir desse ano devido ao considerável aumento de sua procura –, mas também para demonstrar a sua importância na atualidade, e o quanto ainda significa na construção da memória acerca da imigração alemã no Estado do Rio Grande do Sul.

6. A exemplo das comemorações dos 190 anos da Imigração alemã no Rio Grande do Sul, quando criou-se no Estado o Decreto-Lei de 07 de março de 2012, formando uma comissão executiva exclusiva para tratar dos festejos. Em julho do mesmo ano, também formou-se uma Comissão Oficial para as Comemorações do Triênio 188-190 Anos, “com a nomeação de titulares e suplentes de mais de cinco dezenas de organismos, entre universidades, órgãos governamentais e entidades ligadas à etnia alemã. A oficialização foi realizada em ato solene no Palácio Piratini, no dia 25 de julho de 2012” (BITELO, 2014). Segundo Rockenbach, diretor de Comunicação da Comissões Oficial e Executiva das Comemorações dos 190 Anos da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul, a incumbência da Comissão não era a de organizar eventos propriamente ditos, apesar de muitos terem ocorridos em dependências pertencentes ao Estado, como a própria sede do governo, “mas mobilizar as instituições e as comunidades teuto-brasileiras a fazerem uso do seu repertório de possibilidades, para realçar com eventos múltiplos uma mobilização generalizada” (ROCKENBACH, 2014).
7. Evento que anualmente leva milhares de pessoas às ruas em várias cidades do Estado, sobretudo, nas de origem germânica e italiana. Esse dia é marcado por desfiles com trajes típicos, maquinários agrícolas – caminhões, tratores e colheitadeiras – e almoços em comunidades. Cabe salientar ainda que o termo “colono” não mais se limita ao imigrante, visto que o mesmo passou por ressignificações, e acabou por ser utilizado, mais comumente, como sinônimo de “agricultor”.

alemães. Todavia, as festividades se estendem entre as demais etnias que compõem a população local.

Assim, fazendo alusão aos “eventos fundadores” – e aqui tomamos de empréstimo o conceito de Stuart Hall (2011, p. 33) –, e os trazendo de volta para o centro do debate da sociedade sul-rio-grandense da década de 70, *A ferro e fogo* acaba por carregar consigo o modo mnemônico que Ricoeur denominou, em *A memória, a história, o esquecimento*, de *Reminiscing*, o qual, nas palavras do próprio autor, “consiste em fazer reviver o passado evocando-o entre várias pessoas, uma ajudando a outra a rememorar acontecimentos ou saberes compartilhados, a lembrança de um servindo de *reminder* para as lembranças da outra” (RICOEUR, 2007, p. 55). E esse fenômeno se dá, ainda segundo o filósofo francês, sob a forma da memória meditativa – *Gedächtnis* –, através da qual “o suporte da escrita confere materialidade aos rastros conservados, reanimados e mais uma vez enriquecidos por depósitos inéditos. Assim, faz-se provisão de lembranças para os dias vindouros” (RICOEUR, 2007, p. 56).

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. **História e psicanálise**: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Trad. de Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. **A mão do autor e a mente do editor**. Trad. de George Schlesinger. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

GUIMARÃES, Josué. **A ferro e fogo**: tempo de solidão. 15. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2012.

LAZZAROTTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulina, 1971.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUKÁCS, György. O romance histórico. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MACHADO, Ivan Pinheiro. In: TOLSTÓI, Leon. **Guerra e paz**. Trad. de João Gaspar Simões. Porto Alegre: L&PM, 2014.

MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e política das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa. Trad. Joyce Ferraz. In: CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf de (org.). **Literatura e História na América Latina**. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 115-135.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. de Alain François. 1. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica**. Trad. de Claudia Berliner. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.

_____. **Tempo e narrativa: a configuração do tempo na narrativa de ficção**. Trad. de Claudia Berliner. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, vol. I.

ZILBERMAN, Regina. O romance histórico – teoria & prática. In: BORDINI, Maria da Glória (Org.). **Lukács e a literatura**. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2003. p. 109-140.

Submetido em: 01/05/2022

Aceito em: 12/07/2022